

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



POLÍTICA

DCA 14-10

**POLÍTICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA
AERONÁUTICA**

2011

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**



POLÍTICA

DCA 14-10

**POLÍTICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA
AERONÁUTICA**

2011



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 203/GC3, DE 6 DE ABRIL DE 2011.

**Aprova a Política de Economia e
Finanças da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67800.007274/2011-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 14-10 “Política de Economia e Finanças da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica**

(Publicado no BCA nº 070, de 12 de abril de 2011).

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 BASE LEGAL	9
1.3 CONCEITUAÇÕES	9
1.4 ÂMBITO	11
2 O SETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	12
3 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA MILITAR AERONÁUTICA	14
4 OBJETIVOS DA POLÍTICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	17
4.1 OBJETIVOS GERAIS	17
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

PREFÁCIO

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, conforme definido na Constituição Federal de 1988.

Portanto, definida, constitucionalmente, a missão das Forças Armadas, a Aeronáutica, com “[...] foco na sua atribuição principal e razão de ser como Força Armada [...]” estabeleceu a sua missão na ICA 11-1/2007, que ficou assim descrita: “Manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à Defesa da Pátria”. (BRASIL, 2007, p. 17).

A ICA 11-1, Missão da Aeronáutica, destaca que a instituição, desde sua criação em 1941, possui um caráter dual, pois ao “[...] mesmo tempo em que lhe foram cometidas funções de caráter militar relativas à constituição, organização, aparelhamento e adestramento da Força Aérea Brasileira (FAB), cabe-lhe também participar da administração de atividades de caráter civil, relacionadas com a segurança da navegação aérea, com a infraestrutura aeroespacial e aeroportuária, com a pesquisa e desenvolvimento relacionados às atividades aeroespaciais e com a indústria aeroespacial”. (BRASIL, 2007, item 4.1.2, p. 12).

A norma traz, ainda, que, observando o seu caráter ambivalente, deve tratar dos assuntos de sua competência, sejam eles de natureza militar ou civil “[...] buscando sempre a racionalização de todos os recursos envolvidos”. (BRASIL, 2007, p. 12).

Para que a instituição possa realizar todas as atividades e gerir os recursos envolvidos, ela se insere na estrutura gerencial do Executivo, cuja administração, nas áreas de planejamento e orçamento federal, administração financeira, contabilidade e controle interno, é realizada sistemicamente. Nessas atividades, a Aeronáutica é o elo de sistemas maiores e mais abrangentes, que se espazem por toda a Administração Pública Federal.

Nesse contexto, insere-se a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), cuja missão definida na DCA 19-3/2010 é: “Gerenciar as atividades Financeiras, Contábeis, Patrimoniais e de Controle Interno, com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao COMAER, contribuindo para o cumprimento da missão da Aeronáutica”. (BRASIL, 2010, p. 16).

Para cumprir tal tarefa, a SEFA ancora seus esforços em três campos principais: Economia e Finanças, Contabilidade e Controle Interno.

Assim, a Secretaria é elo dos seguintes sistemas: de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Controle Interno e do Sistema Financeiro Nacional, cujos órgãos centrais são o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Banco Central do Brasil (BACEN), respectivamente. No Controle Interno, a SEFA também está ligada ao órgão externo de controle, o Tribunal de Contas da União (TCU), e é órgão central, no âmbito da Aeronáutica, do Sistema de Controle Interno (SISCONI).

O documento, ora estabelecido, direcionará os esforços da SEFA, dos seus elos e de todas as Unidades Gestoras no sentido de contribuir para que a Aeronáutica alcance todos os objetivos previstos em sua missão.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Diretriz tem por finalidade orientar, até o ano de 2030, o planejamento das atividades de Execução Orçamentária, Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno da Aeronáutica, em observância à DCA 14-5/2008, Política Militar da Aeronáutica (PMA), e em consonância com a DCA 11-1/2002, Método para o Planejamento Institucional da Aeronáutica.

1.2 BASE LEGAL

A Base Legal observada por esta Diretriz está listada no item Referências.

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 CONTROLE EXTERNO

É a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação das subvenções e renúncias de receitas que é executada pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

1.3.2 ECONOMIA

Consiste na produção, distribuição e consumo de bens e serviços. É também a Ciência Social que estuda a atividade econômica por meio da Teoria Econômica. É geralmente dividida em dois grandes grupos: a Microeconomia, que estuda os comportamentos individuais, e a Macroeconomia, que estuda o resultado agregado do conjunto de vários comportamentos individuais.

1.3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Caracteriza a fase do Orçamento em que a Lei do Orçamento Anual (LOA), devidamente discutida, alterada ou não, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, é traduzida em ações de Governo, colocadas em prática, obedecendo aos seus parâmetros e orientações.

1.3.4 SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

É o Sistema de Administração Pública que objetiva ao equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas. Compreende as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa, referente à execução orçamentária e financeira.

1.3.5 SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL

Sistema do Poder Executivo Federal que visa evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União. Tem, como finalidade, registrar os atos e

atos relacionados com a Administração Orçamentária, Financeira e Patrimonial da União e evidenciar:

- a) as operações realizadas pelos órgãos ou entidades governamentais e os seus efeitos sobre a estrutura do patrimônio da União, os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades;
- b) perante a Fazenda Pública, a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;
- c) a situação patrimonial do ente público e suas variações;
- d) os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal;
- e) a aplicação dos recursos da União, por unidade da Federação beneficiada; e
- f) a renúncia de receitas de órgãos e entidades federais.

1.3.6 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1.3.6.1 Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal que visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. (BRASIL, 2001, art. 19).

1.3.6.2 O sistema tem as seguintes finalidades:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e
- d) apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

1.3.7 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas. (BRASIL, 2001, art. 3º).

1.3.8 TESOUREIRO NACIONAL

Tesouro Nacional é uma expressão utilizada para definir a administração central da Fazenda Pública. Expressão também utilizada para definir o conjunto das receitas arrecadadas pela União. (Fonte: www.stn.gov.br).

1.4 ÂMBITO

A presente Diretriz aplica-se a todas as organizações do Comando da Aeronáutica que desempenhem atividades relacionadas à execução orçamentária, administração financeira, contabilidade, controle interno e aos elos do SISCONI.

2 O SETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

2.1 A Economia não é vista como um sistema delineado, mas permeia toda a execução orçamentária e financeira e tem como objetivo assegurar que os recursos da União sejam despendidos com eficiência e eficácia, maximizando o seu emprego.

2.2 O Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica abrange três áreas: a Administração Financeira, a Contabilidade e o Controle Interno. Essas áreas configuram-se como Sistemas do Executivo.

2.3 A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica é o elo com esses sistemas do Executivo e, no âmbito da Aeronáutica, é o órgão central dessas três áreas, envolvendo a administração de todo o seu patrimônio, a execução orçamentária e financeira e a orientação técnico-normativa das Unidades Gestoras. (BRASIL, 2009, art. 22).

2.4 Às unidades responsáveis pelo orçamento e elos do Sistema de Planejamento e Orçamento do Executivo, a Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, define as seguintes atribuições (art. 7º):

- a) estabelecer normas e procedimentos necessários à elaboração e à implementação dos orçamentos federais, harmonizando-os com o plano plurianual;
- b) realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal; e
- c) acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos.

2.5 Na Aeronáutica, a atividade de planejamento está a cargo do Estado-Maior (EMAER), cabendo a ele interagir com o órgão central do sistema que é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (BRASIL, 2009, § 1º, art. 5º).

2.6 À SEFA, como elo do Sistema de Planejamento e Orçamento do Executivo, cabe a atividade de gerenciamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária.

2.7 O Sistema de Contabilidade Federal é a ferramenta de suporte, que assegura à União cumprir o estabelecido no parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar, de nº 101, de 4 de maio de 2000, isto é: “A responsabilidade, na gestão fiscal, pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”.

2.8 A Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão normalizador das funções do Sistema de Contabilidade Federal, cabendo a ela a regulação do seu funcionamento. O Sistema de Administração Financeira Federal abrange todo o Poder Executivo e o seu órgão central também é a Secretaria do Tesouro Nacional.

2.9 A SEFA, como componente do Sistema de Contabilidade Federal, tem como tarefa repassar, em tempo hábil, às diversas Unidades Gestoras, que se espalham por todo o território federal, as orientações e instruções emanadas do Órgão Central e assegurar o

registro tempestivo e diuturno de todos os atos e fatos administrativos. Cabe-lhe, portanto, orientar, executar e normalizar o exercício da Contabilidade Pública no âmbito da Aeronáutica.

2.10 O Sistema de Controle Interno da União tem, como órgão central, a Controladoria-Geral da União ligada diretamente à Presidência da República. A Aeronáutica é vinculada a esse sistema por meio da setorial do Ministério da Defesa e vinculada, ainda, ao Controle Externo da União, representado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

2.11 No que se refere ao Controle Interno, a Aeronáutica tem como objetivo assegurar que a execução do orçamento se desenvolva dentro dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e transparência, inclusive quanto aos resultados em termos de metas alcançadas. O foco é o processo de gestão em seus múltiplos aspectos como: planejamento, organização e procedimentos gerenciais em obediência aos dispositivos legais aplicáveis aos princípios acima referidos.

2.12 No âmbito da Aeronáutica, a SEFA é o órgão central do Sistema de Controle Interno (SISCONI).

3 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA MILITAR AERONÁUTICA

3.1 A Política de Economia e Finanças deve-se alinhar com os objetivos da Política Militar Aeronáutica e é dela decorrente. Desta forma, da DCA 14-5/2008 (Política Militar da Aeronáutica), foram selecionados os Objetivos, as Diretrizes Gerais e os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) que orientam a Política de Economia e Finanças.

3.1.1 OBJETIVOS

Dentre os objetivos listados na Política Militar Aeronáutica, os seguintes objetivos foram selecionados como norteadores da Política de Economia e Finanças:

- a) fortalecer e aprimorar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira;
- b) capacitar, valorizar e adequar os recursos humanos da Aeronáutica;
- c) prover a segurança da navegação aérea e contribuir para o desenvolvimento harmônico e integrado da Aviação Civil;
- d) contribuir para o fortalecimento e o aprimoramento da Indústria Aeroespacial e de Defesa; e
- e) contribuir para o desenvolvimento do Complexo Científico-Tecnológico Aeroespacial.

3.1.2 DIRETRIZES GERAIS

Esta norma buscou, ainda, observar as Diretrizes Gerais estabelecidas na DCA 14-5/2008 e que, também, condicionam os FCS da Política de Economia e Finanças. Das Diretrizes emanadas da norma superior, foram selecionadas as abaixo listadas:

- a) Intensificar o intercâmbio do Comando da Aeronáutica com as universidades, institutos de pesquisa e indústrias da área de interesse da defesa;
- b) Dar ênfase às atividades de capacitação dos recursos humanos do Comando da Aeronáutica;
- c) Buscar a interoperabilidade dos sistemas logísticos e de mobilização militares das Forças Armadas;
- d) Implementar e consolidar sistemas que visem à gestão do conhecimento no âmbito da Aeronáutica; e
- e) Buscar a atualização e edição de normas legais que permitam a aquisição de meios em situações de emergência.

3.1.3 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

3.1.3.1 Para que os objetivos sejam atingidos, é preciso destacar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS), áreas de atividades nas quais o alcance de resultados favoráveis é absolutamente necessário para o êxito da Missão da Aeronáutica. Por meio dos FCS, a Instituição elabora os indicadores estratégicos para avaliar se está cumprindo sua Missão e atendendo a sua Visão de Futuro.

3.1.3.2 Da mesma forma que a Política de Economia e Finanças da Aeronáutica (PEFAER) precisa estar alinhada com a Política Militar da Aeronáutica (PMA) e é dela decorrente, os Fatores Críticos de Sucesso de Economia e Finanças também têm de estar sincronizados e decorrerem dos FCS estabelecidos na PMA.

3.1.3.3 Dentre os FCS listados na PMA que orientarão a elaboração dos FCS da Política de Economia e Finanças, foram selecionados os abaixo listados:

- a) Ampliar as fontes e volume de recursos financeiros;
- b) Aprimorar e manter uma política de valorização dos recursos humanos da Instituição;
- c) Capacitar em Tecnologia da Informação;
- d) Controlar a situação patrimonial, de forma a ampliar a eficiência e a eficácia no uso dos recursos financeiros; e
- e) Aprimorar a estrutura organizacional, racionalizando os processos existentes.

3.1.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DA POLÍTICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

3.1.4.1 As Diretrizes Gerais da Política Militar Aeronáutica são eixos que orientam as linhas de ação da PEFAER e os seus FCS são os fatores-chave que a organização deve observar para atingir seus objetivos e ter sucesso em sua missão.

3.1.4.2 Tendo ambos como guias norteadores e para que os objetivos da Política de Economia e Finanças da Aeronáutica sejam alcançados, foram estabelecidos os seguintes FCS:

- a) Desenvolver e manter a capacidade em Tecnologia da Informação, para prover as soluções exigidas pelas atividades de Contabilidade, Administração Financeira e Controle Interno, contando com os necessários dispositivos de segurança contra ataques cibernéticos;
- b) Prover capacidade de conectividade e interoperabilidade entre os sistemas corporativos do Governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), e os sistemas corporativos da Aeronáutica, a fim de que os dados tenham confiabilidade, consistência, rastreabilidade e permitam a migração entre os sistemas corporativos do Governo e da Aeronáutica;
- c) Desenvolver e manter uma cultura de Gestão do Conhecimento, que se traduza na implantação de medidas que assegurem o exercício dessa atividade no âmbito do setor de Economia e Finanças da Aeronáutica;
- d) Estabelecer intercâmbio junto às universidades, institutos de pesquisa e escolas que desenvolvam atividades de instrução, capacitação e especialização relacionadas com o processo de execução orçamentário-financeira da União, para capacitar e aprimorar os recursos humanos ligados às atividades do Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica;
- e) Desenvolver e manter capacidade de conhecimento da estrutura de financiamento externo, que facilite as negociações de empréstimo ou

financiamento para os projetos de interesse da Aeronáutica, bem como de trânsito com todos os órgãos de Governo envolvidos no processo;

- f) Estabelecer e manter capacidade de intercâmbio com os órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e Administração Financeira, de forma a ampliar as fontes e volume de recursos destinados ao COMAER;
- g) Acompanhar a execução orçamentária e financeira do COMAER, por meio de indicadores, adotando as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PEMAER;
- h) Atualizar, aprimorar e manter um Sistema de Contabilidade de Custos que dê suporte ao processo decisório da Aeronáutica;
- i) Desenvolver e manter uma estrutura regional de Economia e Finanças, cujos órgãos possam executar as atribuições definidas nos campos de Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno, atuando como elos regionais junto às Secretarias de Controle Externo (SECEX) do TCU, em suas áreas de jurisdição; e
- j) Desenvolver e manter uma doutrina contábil que seja adequada à gestão patrimonial dos recursos, promovendo a adaptação às normas de Contabilidade Internacional, conforme os preceitos emanados da Secretaria do Tesouro Nacional.

4 OBJETIVOS DA POLÍTICA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

4.1 Considerando o fato de que o Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica abrange as atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno, os objetivos da Política de Economia e Finanças foram divididos em objetivos gerais e objetivos específicos, estes atribuídos para cada um dos campos dessas três atividades. Os objetivos de execução orçamentária estão adicionados aos objetivos da Administração Financeira.

4.2 OBJETIVOS GERAIS

4.2.1 Promover, junto aos órgãos encarregados das atividades de ensino do COMAER, a permanente atualização dos currículos mínimos dos cursos de formação e pós-formação, visando ao aperfeiçoamento da educação continuada dos recursos humanos dedicados às atividades de Contabilidade, Administração Financeira e Controle Interno;

4.2.2 Promover a interação com instituições de ensino e de pesquisa ligadas aos temas de interesse do Setor de Economia e Finanças, com vistas à contínua ampliação do conhecimento do COMAER nessa área;

4.2.3 Desenvolver, implementar e disseminar práticas e ferramentas voltadas para o fomento e o compartilhamento (gestão do conhecimento), no âmbito da Aeronáutica, de novos conhecimentos ligados ao Setor de Economia e Finanças;

4.2.4 Pesquisar, desenvolver e implementar soluções e normas de procedimentos que viabilizem a continuidade das funções ligadas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica em situações de contingência;

4.2.5 Desenvolver e adotar práticas, procedimentos e normas, nos assuntos ligados à área de Economia e Finanças, que permitam a interoperabilidade dos sistemas da Aeronáutica com os demais das Forças Armadas e com os sistemas corporativos da União;

4.2.6 Observar que os estudos e documentos relativos à execução do Orçamento, no âmbito da Aeronáutica, submetam-se à análises econômicas que embasem o processo decisório da sua Alta Administração; e

4.2.7 Desenvolver e implementar soluções em Tecnologia da Informação (TI) voltadas para as atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Controle Interno, de forma a promover a otimização de meios, o melhor aproveitamento do tempo, bem como permitir o tratamento de dados e a criação de informações gerenciais para o processo decisório.

4.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.3.1 OBJETIVOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

4.3.1.1 Alcançar e manter, junto aos demais ODGSA, um padrão de compartilhamento de informações de natureza econômica, de modo a garantir análises apuradas e precisas;

4.3.1.2 Alcançar e manter, junto ao Ministério da Defesa, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, canais de comunicação e colaboração que resultem em maior probabilidade de êxito nas negociações de remanejamento e complementação de recursos do Orçamento;

4.3.1.3 Desenvolver e manter capacidade que assegure a máxima eficácia e eficiência na celebração de convênios, ou instrumentos congêneres, que envolvam transferências voluntárias, minimizando as vulnerabilidades nessa área;

4.3.1.4 Manter o alto padrão atingido no gerenciamento de recursos orçamentários destinados às contratações no exterior, voltados primordialmente ao desenvolvimento, à modernização e à aquisição de equipamentos para a Força Aérea Brasileira e seus sistemas diversos;

4.3.1.5 Buscar e incentivar a normalização de comércio exterior na Aeronáutica, que contemple uma visão sistêmica dessa atividade e que aborde e detalhe os acordos de compensação (“offset”), sobretudo no uso dos créditos resultantes dessas operações;

4.3.1.6 Conceber, desenvolver, manter e normalizar, sob a ótica de processos, todas as atividades de comércio exterior, no âmbito do COMAER, garantindo uma definição clara das atribuições e responsabilidades de cada elo;

4.3.1.7 Estabelecer procedimentos e normas de forma a garantir que não haja solução de continuidade nas aquisições de bens e serviços para os projetos de interesse da Aeronáutica, tampouco perda de capital intelectual e “expertise” em comércio internacional;

4.3.1.8 Desenvolver e adotar práticas referentes à programação financeira e aos cronogramas de desembolso dos recursos financeiros do COMAER, consoante com os objetivos estabelecidos pelo Alto-Comando da Aeronáutica, e de acordo com as diretrizes fixadas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

4.3.1.9 Desenvolver e manter capacidade que assegure a máxima eficácia e eficiência no controle da arrecadação das receitas e na aplicação financeira dos recursos do Fundo Aeronáutico; e

4.3.1.10 Estabelecer métodos e processos de descentralização orçamentária, em conformidade com os objetivos estabelecidos pelo Alto-Comando da Aeronáutica e seguindo as normas de Programação Orçamentária e Financeira.

4.3.2 OBJETIVOS DE CONTABILIDADE

4.3.2.1 Implantar procedimentos e práticas contábeis, de forma padronizada e harmônica, no âmbito de todas as organizações do COMAER, em consonância com as diretrizes e normas atinentes ao Sistema de Contabilidade Federal;

4.3.1.2 Interagir com os elos do Sistema de Contabilidade Federal, para o aperfeiçoamento de rotinas e de processos de natureza contábil, no interesse da Aeronáutica;

4.3.1.3 Proporcionar aos usuários do COMAER informações contábeis tecnicamente corretas, atualizadas e adequadamente apresentadas, com vistas ao suporte do processo decisório nos diversos níveis;

4.3.1.4 Adotar procedimentos e práticas contábeis que proporcionem o reconhecimento, a mensuração, a avaliação e a demonstração dos elementos que integram o patrimônio da Aeronáutica;

4.3.1.5 Adotar e desenvolver procedimentos que permitam a adequada avaliação da gestão contábil e patrimonial da Aeronáutica;

4.3.1.6 Zelar pelo registro de todas as operações ligadas ao planejamento e à execução dos recursos orçamentários e financeiros afetos ao COMAER, com vistas ao gerenciamento eficaz e eficiente desses recursos; e

4.3.1.7 Aperfeiçoar, continuamente, as informações que integram as Demonstrações Contábeis e os Relatórios que compõem as Contas Nacionais relativos à Aeronáutica.

4.3.3 OBJETIVOS DE CONTROLE INTERNO

4.3.3.1 Aperfeiçoar as estruturas de controle interno, definidas em planos, métodos, procedimentos e ações, com a finalidade de:

- a) proporcionar segurança para que os objetivos administrativos das Unidades Gestoras sejam alcançados por intermédio de operações ordenadas, econômicas, eficientes e eficazes, baseados na aderência às leis, regulamentações e diretrizes da Administração Pública;
- b) tornar mais segura a ação administrativa, permitindo um fluxo de informações corretas e atualizadas que facilite a tomada de decisões e proporcione ao Agente da Administração mecanismos para: estabelecer prioridades; impedir que sejam realizados atos em desacordo com os planos estabelecidos e às disposições legais e regulamentares; e proporcionar racionalização na aplicação dos recursos públicos;
- c) proporcionar condições de otimização do desempenho das funções de planejamento, de programação e execução orçamentária;
- d) estabelecer comparação do desempenho com os padrões estabelecidos por indicadores; e
- e) propor medidas para a melhoria de desempenhos.

4.3.3.2 Desenvolver e manter a capacidade de detecção de não-conformidades dos atos e fatos administrativos na execução orçamentária das Unidades Gestoras (UG) da Aeronáutica que não atendam aos princípios consagrados da Administração Pública; e

4.3.3.3 Alcançar e manter um padrão de gestão patrimonial, contábil e financeira, nos mecanismos e ações de controle interno, de modo que os atos e fatos administrativos dos gestores das UG do Comando da Aeronáutica sejam revestidos dos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Os objetivos definidos nesta Diretriz deverão ser observados pelas Unidades Gestoras e pelos elos do Sistema de Controle Interno da Aeronáutica.

5.2 Os casos não previstos nesta Diretriz serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica por intermédio do Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Brasília, DF], 1988.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretriz do Comando da Aeronáutica. DCA 1-1. *Aprova a “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”* – DCA 1-1. Aprovada pela Portaria nº 476/GC3, de 28 abr. de 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica. ICA 11-1. *Missão da Aeronáutica*. Aprovada pela Portaria nº 144/GC3 de 9 de março de 2007.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretriz do Comando da Aeronáutica. DCA 14-5. *Política Militar Aeronáutica*. Aprovada pela Portaria nº C-2/GC3, de 14 fev. 2008. [Brasília-DF], 2008.

_____. Comando da Aeronáutica. Norma de Sistema. NSCA 174-1. *Norma do Sistema de Controle Interno*. Aprovada pela Portaria nº 21/SEFA, de 29 mai. 2009.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretriz do Comando da Aeronáutica. DCA 19-3. *Missão da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica*. Aprovada pela Portaria SEFA nº 13/SEFA, de 27 set. 2010.

_____. Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. *Aprova a “Política de Defesa Nacional”* [Brasília-DF], 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm >. Acesso em 23 set. 2010.

_____. Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. *Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica*. [Brasília-DF], 2009.

_____. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. *Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal*. [Brasília-DF], 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm >. Acesso em 23 set. 2010.

_____. Ministério da Defesa. Portaria nº 400/SPEAI/MD, de 21 de setembro de 2005. *Aprova a “Política Militar de Defesa”*. MD51-P-02.

_____. Ministério da Defesa. Portaria nº 578/SPEAI/MD, de 27 de dezembro de 2006. *Dispõe sobre a “Estratégia Militar de Defesa”*. MD51-M-03.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007. *Dispõe sobre a “Doutrina Militar de Defesa”*. MD51-M-04.

_____. Ministério da Defesa. Portaria nº 998/SPEAI/MD, de 24 de agosto de 2005. *Aprova e manda pôr em prática a “Sistemática de Planejamento Estratégico Militar”*. MD51-M-01.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 196/EMD/MD, de 22 de fevereiro de 2007. *Aprova o “Glossário das Forças Armadas”* - MD35-G-01.